

Políticas Educacionais Interculturais e Bilíngues: Uma Análise Crítica das Práticas Pedagógicas na Alfabetização nas Fronteiras Brasil-Bolívia

GT 10 - ENSINO, CURRÍCULO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Trabalho completo

Avila Smitiely DE ABREU LIMA IKUTA (Aluna Programa de Pós-graduação em Educação/UNEMAT)

e-mail: avila.smitiely.ikuta@unemat.br

Paulo Alberto DOS SANTOS VIEIRA (Docente Programa de Pós-graduação em Educação/UNEMAT)

e-mail: vieira.paulo@unemat.br

Alceu ZOIA (Docente Programa de Pós-graduação em Educação/UNEMAT)

e-mail: zoia@unemat.br

Lucas Mateus FARIA SILVA (Aluno Programa de Pós-graduação em Educação/UNEMAT)

e-mail: lucas.mateus.silva@unemat.br

Odania FERREIRA DA SILVA FRANÇA (Aluna Programa de Pós-graduação em Educação/UNEMAT)

odania.franca@unemat.br

Resumo

Este trabalho socializa a pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNEMAT/Cáceres, intitulada “Alfabetização na Faixa de Fronteira Brasil/Bolívia: Interculturalidade e Práticas Pedagógicas Bilíngues”. O estudo investiga práticas de alfabetização nas escolas Nossa Senhora Aparecida e Cristóbal Colón, localizadas na fronteira entre Brasil e Bolívia. Com foco em contextos interculturais e bilíngues, analisa o impacto das políticas educacionais e como os professores incorporam as práticas culturais dos alunos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e etnográfica, buscando valorizar saberes locais e desafiar estruturas educacionais hegemônicas.

Palavras-chave: Decolonial, Educação na Fronteira, Currículo.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho decorre dos esforços intelectuais dos autores para socializar a pesquisa em andamento, uma dissertação em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/Cáceres/MT). Intitulada “Alfabetização na Faixa de Fronteira Brasil/Bolívia: Interculturalidade e Práticas Pedagógicas Bilíngues”, a dissertação investiga as práticas pedagógicas no processo de alfabetização na fronteira entre o Brasil e a Bolívia.

O estudo foca nas comunidades escolares Municipais Nossa Senhora Aparecida, situada no município de Cáceres, no estado de Mato Grosso, e Cristóbal Colón, localizada no município de San Mathias, no Departamento de Santa Cruz. A pesquisa investiga se as práticas pedagógicas nas escolas da faixa de fronteira entre Brasil e Bolívia atendem às necessidades dos estudantes bilíngues em contextos interculturais, analisando os impactos das políticas

educacionais na promoção de uma alfabetização inclusiva, a integração das práticas culturais e linguísticas pelos professores em suas estratégias de ensino, e os desafios enfrentados na valorização da cultura local.

Para o desenvolvimento foi utilizado uma abordagem qualitativa de caráter etnográfico, adotamos a análise crítica do discurso sob uma perspectiva decolonial, apoiando-se em métodos como levantamento bibliográfico, análise documental, pesquisa de campo e triangulação de dados. Para a fundamentação teórica, foram utilizados os autores Flick (2009), Geertz (2008), Orlando Fals Borda, Fairclough (2016), Magalhães, Martins e Resende (2017), Angrosino (2009) e Mello (2009), que contribuem significativamente para o desenvolvimento de metodologias que promovem uma análise crítica e reflexiva dos fenômenos educacionais na fronteira brasileira. Além disso, para uma análise profunda em perspectivas decoloniais, foram incluídos no aporte teórico autores que discutem a colonialidade e suas influências nas relações de poder, como Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo, Ramón Grosfoguel, Catherine Walsh e Nelson Maldonado-Torres.

A dissertação em andamento não apenas amplia o conhecimento sobre as práticas pedagógicas em contextos de fronteira, mas também enriquece o debate acadêmico ao oferecer uma abordagem crítica e reflexiva sobre a educação intercultural e bilíngue. Ao abordar temas relevantes e pouco explorados, este estudo pode servir como base para futuras pesquisas e intervenções educacionais que busquem promover uma educação mais inclusiva e respeitosa das diversidades culturais e linguísticas.

2 DESENVOLVIMENTO

Este estudo tem como foco os fenômenos educacionais nas escolas fronteiriças Nossa Senhora Aparecida e Cristóbal Colón. A Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida está localizada no assentamento Sapiquá, no município de Cáceres, Mato Grosso, Brasil. Trata-se de uma escola campesina que atende crianças de ambos os países e abrange uma região composta por sete assentamentos e diversas fazendas dedicadas à agropecuária. Assim, a instituição recebe alunos provenientes de diferentes contextos rurais.

De forma semelhante, a Unidade Escolar Cristóbal Colón, situada na comunidade San Juan de Corralito, no município de San Mathias, Bolívia, é uma escola indígena inserida em uma comunidade indígena que também atende alunos de ambas as nacionalidades e das comunidades locais. Ambas as escolas estão localizadas na faixa de fronteira entre Brasil e Bolívia, no Estado de Mato Grosso. De acordo com a Constituição Federal a faixa de fronteira

como uma área de até 150 quilômetros ao longo das fronteiras terrestres, considerada crucial para a defesa do território nacional, cuja ocupação e utilização serão regulamentadas por lei (Brasil, 1988).

Observa-se que essa definição constitucional está centrada na soberania e segurança nacional, relegando as especificidades sociais, culturais e linguísticas das populações fronteiriças a um segundo plano. Nesse contexto, as interações culturais e linguísticas, intensificadas pelo fluxo migratório na região, são elementos intrínsecos à vida cotidiana, configurando um território com características únicas e uma rica diversidade. Entretanto, essas particularidades parecem ser ignoradas pelas políticas públicas, que priorizam questões de segurança em detrimento de uma abordagem inclusiva e culturalmente sensível para as comunidades locais. Para contextualizar essa discussão, é pertinente apresentar o processo histórico de definição geopolítica da fronteira no Estado de Mato Grosso. Tanto o Brasil quanto a Bolívia foram profundamente afetados pelo colonialismo, o que resultou na delimitação de suas fronteiras geográficas com base na imposição, dominação e exploração, características do projeto colonial.

Conforme Moraes (2002), a definição desses limites não foi apenas uma questão geográfica, mas também política, econômica e cultural, marcada pela subjugação dos povos originários e pela reorganização espacial voltada para os interesses das potências coloniais. A imposição de fronteiras artificiais desconsiderou a presença de comunidades indígenas e seus territórios ancestrais, o que gerou conflitos e transformações drásticas nas dinâmicas sociais e culturais da região.

Esse processo foi acompanhado por genocídio e etnocídio. Cerca de “vinte e cinco povos originários aldeados pelos jesuítas, em sua maioria, perderam suas especificidades culturais, ou seja, desapareceram enquanto povos singulares, dando lugar aos Chiquitos, termo adotado pelos religiosos para designar os grupos sob o domínio missionário” (Silva, 2012, p. 126). Assim, o estabelecimento da fronteira internacional entre Brasil e Bolívia no município de Cáceres-MT deve ser compreendido dentro desse contexto, onde os limites foram traçados não para respeitar as realidades locais, mas para consolidar projetos de exploração e controle territorial.

No contexto educacional, as bases coloniais se manifestam na forma como os currículos, métodos pedagógicos e a própria estrutura do sistema de ensino foram moldados para perpetuar hierarquias raciais e homogeneizações culturais. Nas regiões de fronteira, como a faixa entre Brasil e Bolívia, as práticas educacionais ainda podem carregar traços dessas estruturas coloniais, com currículos que privilegiam uma língua e cultura oficiais em detrimento de outras

culturas e línguas presentes na região. Isso resulta na estigmatização e marginalização dos povos fronteiriços e suas particularidades subjetivas.

Foi realizado um levantamento documental para analisar iniciativas e instrumentos legais relacionados à educação na faixa de fronteira. Foram examinados documentos do Mercosul, como o Decreto nº 350/1991 e o Decreto nº 4.210/2002, além dos documentos do Setor Educacional do Mercosul (SEM). Também foram analisados documentos educacionais do Brasil, como a Lei nº 9.394/1996 (LDB) e a Portaria nº 798/2012, e da Bolívia, como a Ley de Educación Nº 070 “Avelino Siñani - Elizardo Pérez”. Foram considerados, ainda, documentos fundamentais das escolas, como o PPP da E.M. Nossa Senhora Aparecida e o Regulamento Interno da U.E. Cristóbal Colón.

No entanto iremos apresentar a análise dos seguintes documentos oficiais do Setor Educacional do Mercosul (SEM), a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Portaria nº 798, de 19 de junho de 2012, e a Lei de Educação Nº 070 “Avelino Siñani”, da Bolívia. Esses documentos fornecem uma visão abrangente das políticas educacionais para as regiões de fronteira.

Inicialmente, foram analisados os documentos do Setor Educacional do Mercosul, que visam garantir a integração econômica, política, social e cultural, promovendo, por meio de suas iniciativas, a construção identitária nas zonas de fronteira entre as nações do bloco (Mercosul, 2021). Com planos de ação de quatro anos, foram propostas iniciativas voltadas às especificidades da educação nas fronteiras (Bueno, 2021). Em 2012, foi instituído o Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF) por meio da Portaria nº 798/2012, que propõe um modelo de ensino intercultural e bilíngue nas zonas de fronteira, com ênfase no ensino de português e espanhol (Brasil, 2012).

Contudo, essas iniciativas educacionais direcionadas às regiões de fronteira não abrangem toda a extensão fronteiriça brasileira. Segundo o Ministério da Educação (MEC), o PEIF está em vigor em 33 cidades de fronteira dos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, regiões caracterizadas por intenso fluxo migratório e trocas culturais e linguísticas.

Apesar da vasta extensão da fronteira do Estado de Mato Grosso, essa região permanece excluída dessas iniciativas, perpetuando as estruturas coloniais ligadas à exploração capitalista e à produção agrícola, ao mesmo tempo em que invisibiliza e negligencia os grupos culturais e linguísticos locais.

A análise dos documentos oficiais do Brasil, como a Lei nº 9.394/1996 (LDB), revela que o ensino deve ser fundamentado em nove princípios, dos quais dois destacam-se por abordar

aspectos interculturais e linguísticos: o inciso VII, que ressalta a consideração da diversidade étnico-racial, e o inciso IX, que promove o respeito à diversidade humana, linguística e cultural, especialmente em relação às pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. Embora o artigo 28 da LDB preveja adaptações para escolas em áreas rurais, na qual contempla a E.M. Nossa Senhora Aparecida a menção à diversidade linguística e cultural não é suficiente para atender às demandas das escolas situadas em regiões de fronteira.

Nesta perspectiva, a alfabetização, cada vez mais exigida no contexto das políticas públicas para a erradicação do analfabetismo, é considerada um direito fundamental e um requisito essencial para o desenvolvimento individual, conforme disposto no Título III, artigo 4º da LDB (BRASIL, 1996/2023). No Plano Nacional de Educação (PNE), vigente de 2014 a 2024, reforça essa visão ao estabelecer a meta de alfabetizar todas as crianças até o terceiro ano do ensino fundamental, utilizando vários instrumentos de avaliação como a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), implementada pelo Inep em 2013. Esses mecanismos visam monitorar o desempenho escolar e alinhar a educação aos padrões nacionais, focando no ensino da língua portuguesa, conforme estipulado no artigo 32 da LDB.

Entretanto, evidencia-se que as políticas educacionais brasileiras priorizam a capacitação em leitura e escrita dentro de um sistema monolíngue e monocultural, negligenciando a formação cultural e subjetiva do aluno e sua realidade local. Ao restringir o processo de alfabetização à língua portuguesa, essas práticas desconsideram a diversidade linguística e cultural presente em contextos como as fronteiras e comunidades indígenas, onde coexistem múltiplas línguas e saberes.

A análise da Lei de Educação Nº 070 “Avelino Siñani” na Bolívia revela uma abordagem robusta em relação à educação intercultural e bilíngue, promovendo uma educação descolonizada e valorizando a diversidade cultural e linguística dos povos originários. O décimo primeiro artigo do Título IV, que trata das disposições transitórias e finais, reconhece as necessidades educacionais das populações em regiões de fronteira. Nesse contexto, a Unidad Escolar Cristóbal Colón oferece educação primária comunitária vocacional para crianças de 6 a 11 anos, com um currículo intracultural, intercultural e plurilíngue, abrangendo o ensino de castelhano, bésiro e inglês. No entanto, essa abordagem não garante o atendimento efetivo aos alunos que transitam entre as duas nações, resultando em dificuldades de inclusão e na aprendizagem das habilidades de leitura e escrita.

Essa análise indica que as iniciativas do Setor Educacional do Mercosul, assim como os sistemas educacionais do Brasil e da Bolívia, ainda carecem de mecanismos eficazes para garantir uma educação intercultural e bilíngue nas regiões de fronteira, que são marcadas por

configurações sociais, culturais e linguísticas complexas. Embora existam políticas voltadas para a inclusão, muitas vezes elas reforçam um “multiculturalismo ornamental”, que não desafia as estruturas de poder colonial e oculta a continuidade das relações de exploração e a resistência à ampliação dos direitos dos povos.

Como afirma Rivera Cusicanqui, “as palavras se convertem em registros ficcionais” e são utilizadas para encobrir e escamotear direitos, enquanto as imagens “nos oferecem interpretações e narrativas sociais que, desde os séculos pré-coloniais, iluminam este plano social e nos fornecem perspectivas de compreensão crítica da realidade” (2010, p. 20). Assim, essas políticas apenas mascaram a realidade excludente com uma fachada superficial de reconhecimento cultural. Esse panorama reflete a situação dos sistemas educacionais de ambos os países, cujas constituições educacionais não dispõem de instrumentos legais adequados para atender às demandas específicas das comunidades fronteiriças. Como resultado, perpetua-se uma lacuna que ignora a diversidade e as necessidades locais.

3 OBJETIVOS

A pesquisa busca analisar se as práticas pedagógicas adotadas nas escolas localizadas na faixa de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, no estado do Mato Grosso, são adequadas para atender às necessidades dos estudantes bilíngues em contextos interculturais. Além disso, investiga como as políticas educacionais direcionadas para essas regiões de fronteira abordam e promovem práticas pedagógicas que favorecem uma alfabetização bilíngue e intercultural. Outro foco importante da investigação está no papel dos educadores, examinando como eles adaptam suas práticas pedagógicas para atender alunos com diferentes culturas e idiomas. Isso envolve a identificação dos principais desafios enfrentados pelos professores e as estratégias utilizadas para promover uma educação que seja inclusiva e sensível às diferenças culturais, garantindo um processo de ensino-aprendizagem que respeite e valorize a diversidade linguística e cultural dos estudantes.

4 METODOLOGIA

Para desenvolver uma pesquisa em educação, é fundamental refletir criticamente sobre as escolhas epistemológicas e metodológicas, visando direcionar a investigação e oferecer uma leitura crítica dos fenômenos estudados. Optou-se, neste trabalho, por uma abordagem qualitativa com caráter etnográfico e análise crítica do discurso em perspectiva decolonial.

Flick (2009) argumenta que a abordagem qualitativa permite flexibilidade nos métodos, possibilitando uma sistematização adequada para compreender fenômenos sociais e culturais. Essa abordagem facilita uma análise aprofundada das práticas pedagógicas em áreas fronteiriças. A etnografia, conforme Malinowski (1978), permite uma imersão nas comunidades escolares, possibilitando uma compreensão a partir da convivência diária e participação ativa.

Devido à complexidade histórica dessas comunidades, a análise crítica do discurso (ACD) foi escolhida como metodologia para investigar como a linguagem reflete e perpetua relações de poder e estruturas sociais. Segundo Fairclough (2016), o discurso não apenas representa o mundo, mas também constrói significados que influenciam a realidade. Aliada a isso, a perspectiva decolonial, inspirada em Quijano (2000) e seu conceito de “colonialidade do poder”, é utilizada para analisar como a categorização racial mantém estruturas de poder e influencia o processo de modernização em um contexto de globalização.

A pesquisa foi organizada em quatro etapas. A primeira envolveu o levantamento bibliográfico para mapear produções acadêmicas relevantes, como recomenda Severino (2007). A segunda etapa consistiu no levantamento e análise documental, conforme Ludke e André (1986), para obter dados por meio de documentos.

Na terceira etapa, a pesquisa de campo foi realizada com técnicas de observação participante e entrevistas semiestruturadas nas escolas municipais Nossa Senhora Aparecida e Cristóbal Colón. Observações em salas de aula e entrevistas com professores do primeiro ao terceiro ano do ensino fundamental foram realizadas, usando questionários semiestruturados, gravações de áudio e vídeo e um caderno de campo. Como Moreira (2002) sugere, esses instrumentos visaram a construção de uma descrição densa das práticas pedagógicas observadas.

Na etapa final, a técnica de triangulação dos dados, descrita por Triviños (1987), foi utilizada para ampliar a descrição e compreensão do foco da pesquisa, correlacionando dados de observações, entrevistas e questionários.

Ao adotar essa abordagem teórico-metodológica, a pesquisa busca desconstruir a ideia de que o pesquisador é a única fonte de conhecimento, promovendo uma postura reflexiva e imersiva em relação aos sujeitos pesquisados.

5 CONCLUSÃO

Os resultados parciais da pesquisa revelam uma discrepância significativa entre as iniciativas políticas do Setor Educacional do Mercosul e as políticas implementadas por Brasil

e Bolívia, indicando que os instrumentos legais disponíveis não atendem às realidades enfrentadas pelas escolas na faixa de fronteira, especialmente no estado de Mato Grosso. Apesar dos esforços e das políticas voltadas para a promoção de uma educação intercultural e bilíngue, as iniciativas atuais falham em abordar adequadamente as necessidades e particularidades das comunidades escolares fronteiriças.

Essa lacuna não apenas expõe a fragilidade das políticas educacionais, mas também ressalta a urgência de estratégias mais inclusivas que respeitem e integrem as especificidades locais. É essencial que as políticas educacionais considerem a diversidade cultural e linguística das populações que habitam essa região, uma vez que o sucesso da alfabetização em contextos bilíngues e interculturais depende da formação contínua e crítica dos educadores. Esses profissionais precisam estar preparados para lidar com a complexidade das realidades multifacetadas de seus alunos, reconhecendo e valorizando as experiências e saberes locais.

Além disso, a implementação de práticas pedagógicas que respeitem e integrem esses saberes é fundamental para construir uma educação que realmente atenda às necessidades dos estudantes nas fronteiras. A educação deve ser um espaço de reconhecimento e valorização das identidades locais, rompendo com as estruturas de poder colonial que, ao longo da história, marginalizaram as vozes e saberes das comunidades fronteiriças.

Portanto, para que as iniciativas educativas sejam efetivas, é necessário um compromisso genuíno com a descolonização do currículo e a promoção de uma educação que, em vez de reproduzir hierarquias, celebre a diversidade e busque a inclusão. Essa abordagem crítica e decolonial não apenas desafia as normas educacionais estabelecidas, mas também propõe um modelo que valoriza as identidades e saberes locais, contribuindo para um ambiente de aprendizado mais equitativo e enriquecedor.

6 REFERENCIAS

BHANHA, Homi. **O Local Da Cultura**. Tradução De Myriam Ávila, Elaine Lourenço De Lima Reis E Galucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte : Ed. Ufm,2012.

BOLÍVIA. Ley N.º 070, de 20 de diciembre de 2010. Dispõe sobre a Lei de Educação "**Avelino Siñani - Elizardo Pérez**". Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia. Disponível em: <http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL, **Portaria n. 798, de 19 de junho de 2012**. Institui o Programa Escolas Interculturais de Fronteira, que visa a promover a integração regional por meio da educação intercultural e bilíngue.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n.º 248, 23 de dez. 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Coordenação de Política de Formação. Escolas de Fronteira. Brasília e Buenos Aires, março de 2008.

BUENO, M. L. M. C., SOUZA, K. R. **Programa Escolas Interculturais de Fronteira e a realidade Brasil/Paraguai**: uma política de integração regional para a fronteira. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 15, e74213. Fevereiro de 2021.

BUENO, Mara Lucinéia Marques Correa. **Política Supranacional de Formação de Professores**: O Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF) na Faixa de Fronteira Brasil/Paraguai. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019. Orientadora: Profa. Dra. Elisângela Alves da Silva Scaff.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FAULHABER, Priscila. **Fronteira na antropologia social**: as diferentes faces de um problema. *BIB*, n. 51, p. 105-125, 2001.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Trad. Antonino Pagliaro. São Paulo: Companhia das Letras, 1978. 547 p.

MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. *Etnografia e educação: conceitos e usos*. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2011

MEC. Educação brasileira sairá do Mercosul. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=83131>. Acesso em: 12 jul. 2021.

MERCOSUL. Página do Setor Educacional do Mercosul. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/temas/educacao/>. Acesso em 12 jul. 2021.

MERCOSUL. Setor Educacional do Mercosul. Plano de Ação 2016-2020. Buenos Aires, Argentina: Setor Educacional do Mercosul, [2016].

- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Editora Hucitec, 2009.
- MOREIRA, Daniel Augusto. O método fenomenológico na pesquisa pioneira. São Paulo: Thomson, 2002.
- OCAÑA, A. O., López, M. I. A., Conedo, Z. P. (2018). Metodología 'otra' en la investigación social, humana y educativa. El hacer decolonial como proceso decolonizante. *Faia*, 07, (30), 172-200. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6575303>
- PAEZANO, E. S. M.; BITENCOURT, L. P. Balanço de Produção Científica: territorialização da Educação do Campo. Cáceres, 2017.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. *Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-277
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: *Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- QUIJANO, Aníbal. O "Movimento Indígena" e as Questões Pendentes na América Latina. *Argumentos (Méx.)*, Cidade do México, v. 19, n. 50, p. 51-77, Abril de 2006. Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S018757952006000100003&lng=es&nrm=iso . acessado em 26 de julho. 2024.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia; Ch'ixinakax Utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.
- WALSH, Catherine. La interculturalidad en la educación. Lima: Ministério de Educación, 2005. Impreso com apoio de UNICEF.
- WHYTE, William Foote. Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 200



SemiEdu 2024

FORMAÇÃO DE PROFESSORES
EM FOCO: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS

Realização

